



3295994

08012.003512/2016-76



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA
PROJETO BÁSICO**

1. OBJETO

Contratação de curso de capacitação para servidores do Ministério da Justiça na temática **CHAMAMENTO PÚBLICO** oferecido pela empresa **ORZIL CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA**, a ser realizado na cidade de Brasília/DF, no dia 09 de dezembro de 2016 .

Descrição	Vagas	Carga Horária	Valor
EDITAIS DE CHAMAMENTO PÚBLICO	2	8 horas/aula	R\$ 3.980,00

2. DO OBJETIVO GERAL

Capacitar servidores do Ministério da Justiça e Cidadania em elaboração de editais de chamamento público.

3. DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Capacitar profissionais para o desenvolvimento de técnicas que ajudem a elaborar e analisar Editais de Chamamento Público, que objetivam a celebração de instrumentos, para execução de programas e projetos, mediante convênio, termo de parceria, contrato de repasse, termo de fomento e termo de colaboração.

4. DA JUSTIFICATIVA

Em novembro de 2015, a Coordenação-Geral de Recursos Humanos realizou um levantamento das necessidades de capacitação das unidades do Núcleo Central do Ministério da Justiça. Tal levantamento deu origem ao Plano de Capacitação 2016/2017.1 e a presente contratação integra o supracitado documento validado pela Secretaria-Executiva do Ministério da Justiça e publicado em março do corrente ano.

A capacitação de servidores públicos federais está prevista no Decreto nº 5.707/2006 e na Portaria/MP nº 208/2006 que instituem e regulamentam a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal e contribui diretamente para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais. Além disso, há, também, uma tendência jurisprudencial, advinda dos órgãos de controle, de reconhecer a necessidade de capacitação dos agentes públicos para garantir que o servidor conte com os pressupostos profissionais e técnicos necessários para bem desempenhar a função para a qual foi designado. Neste contexto, citamos:

Acórdão nº 3.707/2015 – TCU – 1ª Câmara 1.7.1 Recomendar ao omissis, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que: 1.7.1.1 promova a capacitação continuada dos agentes responsáveis pela elaboração de procedimentos licitatórios e adote, formalmente, medidas administrativas que coíbam a restrição à competitividade na elaboração de procedimentos licitatórios;

Acórdão nº 1.709/2013 – TCU – Plenário Acórdão (...) 9.1.3. institua política de capacitação para os profissionais do (omissis), de forma regulamentada, com o objetivo de estimular o aprimoramento de seus recursos humanos, especialmente aqueles correlacionados com as áreas de licitações e contratos, planejamento e execução orçamentária, acompanhamento e fiscalização contratual e outras áreas da esfera administrativa, de modo a subsidiar melhorias no desenvolvimento de atividades nas áreas de suprimentos/compras, licitações/contratos e recebimento e atesto de serviços.” (Grifamos.)

O curso "Editais de chamamento Público" é de extrema importância para os servidores lotados na Coordenação de Direitos Difusos, tendo em vista que a Secretaria-Executiva do Conselho Federal Gestor do Fundo de Direitos Difusos - CFDD é a responsável pelas elaboração dos editais de chamamento público para a seleção de projetos a serem executados com recursos do Fundo de Direitos Difusos - FDD.

Considerando as atribuições dos servidores da Coordenação de Direitos Difusos torna-se fundamental a capacitação nesse tema para aumento da produtividade e qualidade dos trabalhos desenvolvidos no setor.

5. DO PÚBLICO-ALVO

02 servidores lotados na Coordenação Direitos Difusos da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Cidadania.

6. DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Aspectos Iniciais;
2. Embasamento legal;
3. Princípios constitucionais;
4. Aplicações;
5. Cenário atual;
6. Conceitos;
7. Instrumentos;
8. Requisitos para realização;
9. Excepcionalidade;
10. Capacitação;
11. Transparência;
12. Lei nº 13.019, de 2014 / Decreto nº 8.726, de 2016;
13. Comissão de seleção;
14. Comissão de Monitoramento e Avaliação;
15. Procedimento de Manifestação de Interesse Social - Pmis;
16. Indicação do interesse público envolvido;
17. Meios adicionais de divulgação;
18. Especificação do edital;
19. Valor de referência constante do chamamento - critério obrigatório de julgamento;
20. Seleção de proposta;
21. Verificação dos documentos;
22. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública;

23. Aspectos Fundamentais;
24. Objeto ;
25. Justificativa ;
26. Programação orçamentária;
27. Indicadores;
28. Cronograma;
29. Avaliação de resultados;
30. Apresentação das propostas;
31. Critérios de seleção;
32. Julgamento das propostas;
33. Valor;
34. Instrumento;
35. Prazo;
36. Recurso administrativo;
37. Local / Execução;
38. Monitoramento / Avaliação;
39. Publicação;
40. Anexos;
41. Vedações;
42. Sistema de Convênios – SICONV;
42. Acesso à listagem chamamento público/concurso de projetos (por órgão/por ano/projetos disponíveis);
43. Resultado chamamento;
44. Publicação de dados;
45. Aspectos da Análise;
46. Embasamento legal;
47. Comissão de seleção;
48. Prazo;
49. Exigências ;
50. Justificativa;
51. Homologação;
52. Publicação;
53. Celebração;
54. Embasamento legal;
55. Pré-requisitos;
56. Cláusulas essenciais;
57. Anexos do instrumento;
58. Vedações;
59. Responsabilidades e Sanções;
60. Embasamento legal;

- 61.Responsabilidades;
- 62.Improbidade administrativa;
- 63. Aspectos finais;

7. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A referida contratação encontra amparo legal no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/1993. Baseia-se, ainda, no Decreto 5.707, de 2006 e na Política de Desenvolvimento de Pessoas do Ministério da Justiça – PDP/MJ, (Portaria nº 2.716 de 05 de agosto de 2013).

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

8. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. São obrigações da CONTRATADA:

I - Ministrar as matérias constantes do programa do evento, atendendo à carga horária prevista na proposta;

II - Fornecer, ao término do evento, certificado aos servidores participantes;

III - Disponibilizar todo o material pedagógico necessário à participação dos servidores no curso;

IV - Manter a qualidade pedagógica dos serviços prestados;

V - Cumprir os prazos estabelecidos para conclusão do conteúdo programático;

VI - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços sem prévia anuência deste Ministério;

VII- Manter, durante toda, a execução dos serviços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

VIII - A empresa estará sujeita às normas do Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 1990;

IX - Emitir Nota Fiscal/Fatura para pagamento dos valores devidos.

8.2. São obrigações do MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

I - Prestar as informações e esclarecimentos atinentes ao objeto deste Projeto Básico, que venham a ser solicitadas pela empresa prestadora dos serviços;

II - Acompanhar, fiscalizar e supervisionar a prestação dos serviços;

III - Efetuar o pagamento da Nota Fiscal/Fatura da empresa prestadora dos serviços, na forma do estipulado neste Projeto Básico;

IV - Fornecer todas as informações necessárias à identificação dos servidores participantes.

9. DAS SANÇÕES

A contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado na execução assim considerado pela Administração, de inexecução parcial, ou inexecução total das obrigações assumidas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às sanções administrativas previstas nos artigos 86 e 87 Lei nº 8666/1993.

10. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

Tendo em vista que os serviços a serem contratados estão enquadrados no inciso II do art. 24, da Lei nº 8.666/93 e haja vista o disposto no art. 62, do mesmo diploma legal, o empenho de despesa terá força de contrato.

11. ENCAMINHAMENTOS

Diante do exposto, deve-se efetuar pesquisa de mercado com instituições especializadas na área de conhecimento, bem como verificar a existência de turmas abertas nas escolas de governo (Escola Nacional de Administração Pública - ENAP; Escola Superior de Administração Fazendária - ESAF), conforme disposto no artigo 3º, inciso XIII do Decreto nº 5707/2006, e demais providências pertinentes à efetiva execução do presente projeto.

WILLIAM ANDREY DIAS

Coordenador-Geral de Recursos Humanos - Substituto

SAMANTHA DE MATOS PEREIRA

Coordenadora de Desenvolvimento Humano-Organizacional

JEREMIAS SANDER

Chefe da Divisão de Capacitação, Desenvolvimento e Educação



Documento assinado eletronicamente por **WILLIAM ANDREY DIAS, Coordenador(a)-Geral de Recursos Humanos - Substituto(a)**, em 24/11/2016, às 11:41, conforme o § 2º do art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-1/2001.



Documento assinado eletronicamente por **SAMANTHA DE MATOS PEREIRA, Coordenador(a) de Desenvolvimento Humano-Organizacional**, em 24/11/2016, às 14:23, conforme o § 2º do art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-1/2001.



Documento assinado eletronicamente por **JEREMIAS SANDER, Chefe da Divisão de Capacitação, Desenvolvimento e Educação**, em 24/11/2016, às 14:53, conforme o § 2º do art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-1/2001.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **3295994** e o código CRC **AA10AD23**.
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.